

Sobre mudança educacional

Euzi Rodrigues Moraes

O Governo do Espírito Santo trabalha com metas bem-definidas. Dentre elas está a de mudar o perfil da escola pública. O Governo sabe que essa mudança não pode ser dimensionada dentro de um cronograma de prazos rígidos, até porque o conceito está sujeito a interpretações fundadas na visão que cada um tem de educação.

Os sinais externos da mudança levam tempo para serem percebidos, não só pelo grande público como pelos próprios agentes do processo educacional. Mas a mudança vai sendo construída, imperceptivelmente às vezes, ou percebida por poucos, como toda mudança.

Os sinais são frequentemente ambíguos ou equivocados. Há ambigüidade muitas vezes nos números apresentados como resultados positivos de mudança na educação. É o caso de reduções nos índices de reprovação que não correspondem ao aumento de qualidade. No final, conferem-se mais diplomas, mas persiste a desqualificação dos diplomados, ficando a sociedade desprovida de mão-de-obra qualificada e refém do subdesenvolvimento e da dominação. São equivocados, por



exemplo, os sinais que induzem a uma confusão sobre educação e serviço social. É o caso da cesta básica que alguns governos vêm oferecendo a famílias de baixa renda, na ilusão de que esse atendimento compensatório poderá garantir educação de qualidade.

Não estamos dizendo que não é importante atender emergencialmente à necessidade de comida. A alimentação, é claro, é direito fundamental básico e pressuposto indispensável a qualquer atividade humana. Os primeiros resultados da experiência de Brasília indicam que 6.093 crianças, antes obrigadas a trabalhar, começaram a frequentar a escola. É obrigação dos governos garantir vagas para todas as crianças e facilitar o acesso delas às escolas, ainda que seja através de medidas paliativas. Mas só se pode começar a falar de mudança na educação quando a prática de sala de aula, em função de seus pressupostos teóricos e de seu compromisso político, se transformar em um momento coletivo de participação, reflexão e criação de leituras e releituras da realidade sempre mutante que circunda a escola, com impacto inconfundível sobre a aprendizagem em todos os seus sentidos.

Para mudar a escola, necessitamos de quantidade e qualidade: todos na escola e qualidade para todos. Para deflagrar esse processo de mudança, que certamente nunca é total porque não tem fim, medidas a curto, médio e longo prazos

se impõem, todas partes de um processo integrado de mudança, não imediatistas nem estanques.

O Governo do Estado tem consciência disso e, com critérios éticos e rigorosos, vem deflagrando esse processo. Já não falamos de sinais, mas de ações concretas. O projeto de Governo para a educação se materializa neste instante em ações de curto prazo que visam à criação de condições físicas para o trabalho escolar, a garantia de um quadro de professores estabilizado e qualificado e a busca de inovações que superem o tradicional descompasso entre a rigidez de currículos, programas e métodos, e a plasticidade da vida que palpita na sociedade e na história, criando uma realidade móvel que se renova a cada instante.

A Sedu, impedida por uma utopia, vem trabalhando com essa determinação: em 1995 225 escolas foram construídas, ampliadas e reformadas, abrindo 10.316 vagas. Está em curso o mapeamento e dimensionamento da rede estadual de ensino e iniciam-se estudos para o levantamento rigoroso e criterioso de número de alunos, número de professores, relação aluno/prof/espaco físico, demanda por vagas em todos os níveis e oferta de vagas, e número de crianças fora da escola. Os dados de Cariacica, eleita prioridade em função de suas carências, já estão nas mãos da Sedu.

Como resultado de todo o esforço desenvolvido em 1995, estão programadas para 1996, com recursos do salário-educação, a reforma e am-

pliação de 109 escolas e a construção de 13 prédios escolares, no valor de R\$ 18.416.000,00. Um novo modelo de capacitação continuada do professor está também iniciado, implantando grupos de estudo e discussão da prática em todos os municípios. Uma nova leva de diretores eleitos democraticamente assume as escolas com o compromisso de cumprir um intenso e extenso programa de qualificação de 120 horas. Materiais e equipamentos no valor de R\$ 2.970.605,00 foram viabilizados para suprir as escolas do Estado, e estão sendo distribuídos. Estamos criando condições para o funcionamento das escolas em seus aspectos físico, administrativo e pedagógico. Está em estudo a criação da Caixa Escolar, ou de mecanismo semelhante. Assim, o Governo do Estado, além de intermediar os recursos federais destinados às escolas, se empenha em garantir a progressiva autonomia financeira da escola.

Essas situações evidentes de mudança em curso escrevem a história da escola pública que estamos construindo, cujos resultados a médio e longo prazo serão percebidos e destacados na qualidade social do processo ensino aprendizagem.

Estamos preparando a escola para formar o cidadão capaz de aprender sozinho, na escola e na sociedade, pensar e agir com independência e participar conosco na reconstrução do Espírito Santo.

**Euzi Rodrigues Moraes é
secretária de Estado da Educação**